

DA MORTE ARTESANAL À MORTE INDUSTRIAL. APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS E NATURALIZAÇÃO DO ABATE

*Luciano Félix FLORIT**

*Diego da Silva GRAVA***

*Caetano SORDI****

RESUMO: O debate em torno da relação com os animais na sociedade contemporânea afeta os mais diversos âmbitos geográficos e contextos sociais. Contudo, há regiões blindadas a esta discussão, mesmo tendo o “especismo” no centro de sua dinâmica socioeconômica. É o caso de regiões desenvolvidas em torno de firmas voltadas à indústria da carne, na qual o abate de animais é atividade estruturadora do território e das relações econômicas e políticas. A partir do caso de Concórdia-SC, sede da empresa Sadia/Brasil Foods, analisamos as relações sociopolíticas que sustentam, naturalizam e reproduzem o uso meramente instrumental de seres sencientes não humanos na forma de um padrão de desenvolvimento territorial. Em particular, buscamos examinar como a experiência de colonos na lida com animais para a subsistência é apropriada pelo discurso da indústria, obliterando as possíveis objeções morais para a atividade. O bloqueio ideológico dessa questão pode significar um acirramento da exploração entre humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Especismo. Animais de abate. Relações sociais. Naturalização.

* FURB - Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau – Santa Catarina – Brasil. 89030-903 - lucianoflorit@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5437-8234>.

** FURB - Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau – Santa Catarina – Brasil. 89030-903 - diego.grava@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4879-5474>.

*** IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília – DF – Brasil. 70390-135 - caetano.sordi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2334-8096>.

Introdução¹

O artigo apresenta reflexões embasadas em três trabalhos que vem sendo desenvolvidos nos últimos anos. Pesquisas realizadas entre 2005 e 2007 em abatedouros artesanais próximos ao município de Blumenau, na Região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina; um trabalho desenvolvido intermitentemente em diversas fases, desde 2013, na microrregião de Concórdia, sede original da empresa Sadia/BRF, na Região Oeste do mesmo estado; e uma pesquisa sobre controvérsias e transformações sociotécnicas envolvendo a produção e o consumo de carne no Brasil, sobretudo a bovina, realizada entre 2011 e 2014. Nesta ocasião, reunimos estes três componentes para tentarmos compreender os mecanismos discursivos que facilitam a justificação moral da atividade de abate rotineiro nos trabalhadores de frigoríficos industriais, permitindo sua naturalização.

Nesta reflexão partimos do relato de experiências no contexto de abatedouros artesanais voltados ao mercado local para, em seguida, apresentar o caso da microrregião de Concórdia que constitui um exemplo emblemático do padrão de desenvolvimento socioeconômico e territorial existente em Santa Catarina, apoiado na indústria da carne. Deste caso, ao qual rotulamos de Região de Especismo Intensivo (REI), apresentamos sucintamente as conexões entre a dinâmica sociopolítica e econômica com a questão animal, o que nos permitirá revelar especificidades do processo de naturalização do abate, num contexto industrial, voltado para mercados extrarregionais, nacionais e internacionais.

O objetivo geral no qual esta análise se insere é o de fazer uma reflexão crítica sobre esse padrão de desenvolvimento, incluindo nela uma discussão da questão animal, tentando compreender como esse fenômeno vem se dando em termos de suas relações de poder e condições de reprodução, tentando evidenciar, como as relações sociais contribuem a esse processo ideológico de coisificação radical de animais.

Entendemos que as análises apoiadas em exprimir o papel da lógica capitalista para explicar o processo de industrialização da produção animal, embora com enorme pertinência para o exame de vários aspectos, deixam de considerar uma especificidade crucial deste setor, que é o fato de que as mercadorias nele produzidas decorrem do processamento de seres sencientes.

¹ Este artigo é uma versão revisada e incrementada do texto apresentado no 18º Congresso Mundial IUAES, OP 153, **Science and technology of human and animal relationship**, intitulado *Da morte artesanal à morte industrial. Estratégias discursivas para a naturalização do abate*.

O obscurecimento desta questão está presente não apenas nos relatos históricos e nas explicações socioeconômicas, mas também nas reflexões críticas sobre os aspectos socialmente perversos desse modelo. Nosso caminho é o da tentativa de incorporar a questão da sciência como uma dimensão de análise social, o que, presumimos, nos coloca numa posição que, embora não repercuta o discurso animalista, também não diminui o sério problema moral que a categoria coloca.

Uma premissa da nossa análise é que a questão animal sempre provocou nos seres humanos fortes dilemas morais. Enquanto em contextos tradicionais estes dilemas são reconhecidos, processados e tratados de acordo com as condições culturais, em condições industriais, esses dilemas tendem a ser obliterados, com forte ajuda da tecnologia e do desenho de configurações produtivas fortemente assentadas em estratégias territoriais, que reforçam o processo de objetificação. Assim, nosso argumento neste trabalho é que no caso da REI-Concórdia essa obliteração acontece por conta dos condicionantes objetivos (pressão econômica e política) e um discurso de apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização. Esta apropriação simbólica viabilizaria um estratagema discursivo que simula ter resolvido os dilemas morais de forma equivalente a como os resolvem os criadores tradicionais.

O processamento subjetivo do abate em condições artesanais

Entre 2005 e 2007 realizamos alguns trabalhos de caráter etnográfico que, entre outros objetivos, buscavam compreender como se davam os mecanismos de processamento subjetivo da atividade de abate de animais. Num contexto em que a discussão sobre a questão animal estava eclodindo, surgiu a pergunta: como as/os trabalhadoras/es que tinham o abate de animais como um aspecto rotineiro de seu modo de vida lidavam com estas questões? Já havíamos realizado algumas observações em campo, que nos levavam a presumir que, nesses contextos, a atividade de matar tende a passar por um processo de naturalização, mas que, ao contrário do que dizem alguns argumentos animalistas, esta não implicava na negação da sciência dos animais. Contudo, o primordial era compreender como ocorria esse processo de naturalização, ou seja, de que modo e lançando mão de que recursos (cognitivos, simbólicos, experienciais, etc.) os/as trabalhadores/as que realizam esta atividade justificam a si mesmos a legitimidade da mesma.

Dentre esses trabalhos, destacamos dois, viabilizados por meio de editais de iniciação científica, realizados em locais próximos a Blumenau: uma etnografia

realizada por Grava e Teixeira (2006) em um abatedouro de marrecos, e um estudo realizado por Imianowsky e Florit (2007) num abatedouro de bovinos e suínos.

Tratava-se de estabelecimentos de pequeno porte, voltados a atender o comércio local, muito diferentes daquilo que constitui o importante setor de carne em Santa Catarina, organizado com padrões industriais, de alta produtividade, voltados a atender mercados não locais, seja do Brasil ou mesmo da exportação internacional, e de reconhecida expressão do ponto de vista econômico, político e territorial.

Era justamente esta diferença com o padrão dominante que lhes conferia, a nosso ver, uma relevância singular. De certa forma, eles ocupavam uma situação intermediária entre aquele padrão dominante (ao qual nos referiremos com mais detalhes na próxima seção) e a condição de produção animal anterior à modernização agrícola. Esta última, anterior à modernização, era realizada em contextos de pequenas propriedades oriundas da colonização europeia e outros processos migratórios que resultaram em uma configuração territorial composta, fundamentalmente, por pequenas propriedades dedicadas a atividades agrícolas e a criação de animais com finalidade de subsistência. Embora esta configuração incluísse uma certa integração ao mercado, esta era apenas incipiente e local, utilizando técnicas tradicionais resultantes da combinação de saberes trazidos da Europa com conhecimentos ancestrais de povos indígenas e caboclos.

O trabalho de Grava e Teixeira (2006) em um abatedouro de marrecos, além de mapear as etapas do processo produtivo, identificou as justificativas das pessoas envolvidas na atividade, em especial em relação ao abate. Tratava-se de uma granja de pequeno porte, com Selo de Inspeção Municipal (S.I.M.) e uma média de 800 abates mensais, à época. O empreendimento não contava com tecnologias de insensibilização, como eletrochoque, e os animais eram abatidos em um funil, tendo os pescoços cortados com faca. Os proprietários, com idade acima de 60 anos, relataram que apenas eles e uma funcionária mais antiga realizavam o abate. A proprietária revelou que já abatia animais em idade muito precoce, desde criança, enquanto o proprietário há muito tempo realizava a caça. Ambos relataram que seus filhos não aceitavam realizar o abate, apesar de trabalharem em outras etapas do processo produtivo. Quando indagados sobre a questão, sobre seu sentimento em relação à morte e ao sofrimento dos animais no abate, a proprietária afirmou, sem hesitação, que não sentia pena, pois “Deus fez eles para isso” (GRAVA; TEIXEIRA, 2006, p.8).

Mais especificamente, em um episódio, ao abater um marreco em frente ao pesquisador, a proprietária chegou a afirmar, ironicamente: “Eu vou para o inferno”. Posteriormente, após algumas risadas, disse: “Não, brincadeira, eles são criados para isso”, justificando sua atitude e atividade, com base em um critério religioso cristão (se

declararam católicos) (GRAVA; TEIXEIRA, 2006, p.8). É preciso citar, contudo, que a proprietária afirmou acreditar que o método de abate adotado por eles, a partir do corte do pescoço, causaria menos sofrimento do que outro método tradicional, o de estrangulamento.

Assim, a aparente atitude de indiferença se justificava pela crença de que os animais teriam funções específicas para servir aos seres humanos. Mas isto não denotava uma negação da existência de sofrimento e sensibilidade naqueles animais. Com efeito, em um episódio, o proprietário do estabelecimento repreendeu seu neto, com então dois anos, por “brincar” desajeitadamente com um marreco, demonstrando preocupação em que o animal fosse machucado desnecessariamente. Naquele estabelecimento, outros animais eram tratados de forma singular, como cães e um gato que foi “adotado” pela família, e aos pássaros silvestres que ali pousavam oferecia-se livremente a ração dada aos marrecos, por afeição, sem qualquer cálculo econômico (GRAVA; TEIXEIRA, 2006).

Deste modo, o estudo revelou que, ainda que haja um uso instrumental dos marrecos, o uso deles, mesmo sendo seres sencientes, é justificado moralmente por sua finalidade de servir de alimento aos seres humanos, sendo que esta justificativa se assenta, em última instância, em premissas teológicas. Isso não impede, todavia, que haja algum tipo de preocupação com os animais destinados ao abate e, também, um tratamento mais benevolente ou até mesmo afetuoso com outras espécies, como cães, gatos e aves silvestres (GRAVA; TEIXEIRA, 2006).

O estudo de Imianowsky e Florit (2007) foi realizado com trabalhadores de um abatedouro de bovinos e suínos. Tratava-se de um estabelecimento que possuía Selo de Inspeção Estadual (S.I.E.). Um dos objetivos do trabalho era conhecer a trajetória profissional e as justificativas dos trabalhadores do abatedouro sobre suas atividades.

Os autores notaram que a preocupação dos proprietários do estabelecimento estava focada exclusivamente no produto final, não havendo investimentos em equipamentos ou adoção de técnicas e práticas que minimizassem o sofrimento animal. A técnica de “insensibilização” utilizada para os bovinos era a “marreta”, método não previsto na legislação nacional ou estadual (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), 2000; SANTA CATARINA, 2003). De acordo com as observações de Imianowsky e Florit (2007), eram necessárias, em média, nove marretadas para derrubar um bovino. Estas aconteciam de forma desajeitada, em diversas partes da cabeça do animal, que se debatia desesperadamente. Já os suínos recebiam um eletrochoque, no entanto, como relatam os autores, o choque parecia não atordoar completamente os animais. Eles revelam ainda que o abate não era feito de modo preciso, causando a morte imediata dos suínos, mas de forma que permitia realizar

o maior número de abates em um espaço de tempo curto, mesmo que isto significasse deixar alguns animais morrendo aos poucos, enquanto se realizavam as tarefas por lotes de indivíduos.

Este estudo também revelou que a maioria dos trabalhadores do abatedouro eram provenientes de contextos rurais, tendo anteriormente desenvolvido atividades relacionadas ao abate de animais nas pequenas propriedades ou comunidades de que eram oriundos. Dos seis empregados envolvidos no abate, quatro já haviam realizado atividades relacionadas à lida com animais no campo, embora em escala muito reduzida. Os demais eram dois jovens de 16 e 17 anos, respectivamente, sendo aquele o primeiro emprego de um deles, e o outro, filho de um dos trabalhadores já mencionados (IMIANOWSKY; FLORIT, 2007).

Assim, quando indagados sobre seu trabalho, os funcionários o relacionaram às atividades que realizavam anteriormente, como se fosse a mesma coisa, sem se referir a diferenças de contexto e de escala de produção. Em particular, chamou a atenção a percepção de equivalência do abate realizado no contexto de subsistência, realizado ocasionalmente e com parcimônia, para a alimentação da própria família, e o abate rotineiro de nove horas diárias em troca de um salário que precisa render ao dono (um empresário) uma margem de lucro².

De forma semelhante ao observado no abatedouro de marrecos, quando questionados sobre a morte dos animais, os trabalhadores respondiam que eles (os animais) foram feitos para isto e que sempre foi assim (IMIANOWSKY; FLORIT, 2007). Contudo, importante observar que neste caso, mesmo se tratando de trabalhadores assalariados, repetiam o mesmo enunciado de que os animais teriam sido criados para satisfazer necessidades humanas, e que aquilo que eles ajudavam a produzir era destinado à alimentação da comunidade. Esta fala se apresentava sem qualquer referência à motivação de lucratividade que marcava o estabelecimento, motivação esta que, em tese, poderia ser canalizada através de atividades diversas, não necessariamente a de abater animais.

² Não estamos fazendo um juízo moral do lucro *per se*. O que queremos ressaltar é o fato de ignorar que a justificativa moral de um ato possa ter relação com a situação em que é realizada. Uma coisa é abater para atender necessidades vitais, e outra para atender a um regime de acumulação.

Morte, poder e subjetividade num contexto industrial³

Se a questão animal, como nos lembra Lévi-Strauss (2009), sempre confrontou os seres humanos com difíceis dilemas morais, resulta pertinente se perguntar como ocorre o processamento destes dilemas nos contextos de produção industrializada dos quais provém a parte mais expressiva dos produtos de origem animal que são consumidos no capitalismo global contemporâneo.

Em Santa Catarina, que ocupa um lugar proeminente neste setor, em particular na produção de carne de aves e suínos, observa-se um padrão de desenvolvimento socioeconômico e territorial no qual é possível verificar como a questão animal aparece correlacionada com outras condições sociais. Nestas, um ator hegemônico é vetor da territorialidade urbana-capitalista, através de um padrão desenvolvimentista que radicaliza a racionalidade instrumental na natureza até o extremo de operacionalizá-la em torno da vida de centenas de milhões de seres sencientes. Faz isto, num território limitado, com características definidas.

Esse tratamento **meramente** instrumental dos animais se realiza mediante padrões de desenvolvimento e de produção do território que observam intensificação crescente nas últimas décadas. Paradoxalmente, enquanto em alguns grandes centros consumidores certas atividades se tornam objeto de questionamentos e polêmicas em função de diversos desdobramentos da questão animal e da luta antiespecista, regiões periféricas se dispõem a absorvê-las, constituindo territórios especializados. A segregação espacial protege esses territórios dos questionamentos extraeconômicos, favorecendo o livre desenvolvimento dos métodos de racionalização instrumental e o aumento da produtividade, com menos restrições ambientais e sem empecilhos de ordem moral.

A microrregião de Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, é um exemplo destas formações sociais, cujo processo de construção está associado à exploração industrial intensiva de animais, mediada por relações específicas entre os seres humanos. Ela expressa uma dinâmica própria, onde aspectos inerentes à modernização da produção e o especismo, que de modo geral permeiam as relações sociais, aparecem de uma forma especialmente intensa, cuja naturalização resulta num processo sociopolítico e econômico que acontece tanto na subjetividade quanto na dimensão objetiva da vida social.

³ Esta seção reúne e sintetiza argumentos já apresentados separadamente em (FLORIT; GRAVA, 2016; FLORIT; SBARDELATI, 2016; FLORIT; SBARDELATI; GRAVA, 2019).

Pelo lado subjetivo, opera um processo de redução simbólica da animalidade a um estatuto meramente instrumental, associado à construção de identidades de trabalhadores que ensamblam a atividade ligada à criação e abate de animais à sua identidade regional. Do lado objetivo, ocorre a legitimação política de modelos econômicos que viabilizam, ainda que de modo subordinado às agroindústrias, a sobrevivência material de trabalhadores industriais pouco qualificados e de produtores rurais.

Essa conjunção transforma-se em um sistema sólido na medida em que se apoia nas “vocações regionais”, supostamente naturais e autoevidentes, que tendem a desconsiderar outras possibilidades produtivas. Essas supostas vocações encontram esteio em relações sociais e políticas, vinculadas a atores específicos, beneficiários da concepção de natureza que elas exprimem. Entre esses atores, encontram-se grupos econômicos (os grandes frigoríficos) e grupos políticos, que participam das administrações estaduais e municipais e que efetivam as articulações políticas com as esferas federal e global.

A conformação dessa região evidencia o enorme papel dos frigoríficos e da cadeia agroindustrial da carne na produção do território. Nele, a atividade produtiva com animais está associada a condições de trabalho insalubres e deprimentes para uma grande proporção de pessoas, em circunstâncias que habitualmente não são evidenciadas nos indicadores oficiais. A rotina nos frigoríficos e abatedouros inclui trabalho repetitivo em “linhas de desmontagem animal”⁴, nas quais são frequentes os acidentes, a depressão e os traumatismos.

Em outros trabalhos, rotulamos a esta região como Região de Especismo Intensivo (REI), como uma forma de dar centralidade analítica à questão do especismo como uma dimensão da dinâmica social em jogo nessa região (FLORIT; GRAVA, 2016; FLORIT; SBARDELATI, 2016; FLORIT; SBARDELATI; GRAVA, 2019). A delimitação da mesma é estabelecida tendo como base os dados relativos à quantidade de abates per capita no território. O índice de abate per capita aponta a densidade de seres não humanos sencientes abatidos em um território específico com relação ao tamanho da população humana desse mesmo território. Esse índice se diferencia dos cálculos que expressam o peso total das carcaças ou seu valor monetário, que não revelam a quantidade de seres abatidos.

⁴ Diferentemente da linha de montagem de automóveis, em que o processo inicial é composto de peças separadas que vão sendo dispostas para, no final, formar um produto completo, na linha de desmontagem, o animal ingressa vivo, inteiro, chegando ao fim do processo em “peças” separadas, acondicionadas para processamento.

Tabela 1 - Abates per capita de aves, bovinos e suínos, Brasil, região sul, e microrregião de Concórdia-SC, em 2016

	População (*)	Abates (**)	Abate <i>per capita</i>
Brasil	206.081.432	5.932.338.421	28,43
Paraná	11.242.720	1.841.810.469	163,82
Santa Catarina	6.910.553	881.819.015	127,60
Rio Grande do Sul	11.286.500	843.158.430	74,70
Microrregião de Concórdia	146.847	111.601.639***	759,98

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *IBGE, 2016, **IBGE, 2017 e *** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2016. ** Inclui todos os bovinos, suínos e aves. Não específica se inclui inspeção estadual e municipal.

A tabela 1 mostra como o abate per capita apresenta uma expressiva diferenciação regional, sendo mais pronunciado na microrregião de Concórdia. Enquanto no Brasil esse índice é de 28,43 abates per capita, na microrregião de Concórdia esse número chega a 759,98.

Esta segregação territorial constitui uma marca importante desse fenômeno. Tal segregação favorece a uma blindagem com relação à reflexividade global em torno da discussão sobre a consideração moral dos animais, em função da sua invisibilidade para boa parte do público consumidor. Assim, enquanto em alguns grandes centros consumidores certas atividades se tornam objeto de questionamentos contundentes e polêmicas, estas regiões periféricas se dispõem a absorver essa demanda, construindo territórios especializados, cuja segregação espacial os protege dos questionamentos extraeconômicos, favorecendo o livre desenvolvimento dos métodos de racionalização instrumental e o aumento da produtividade, com menores restrições ambientais e evitando os empecilhos de ordem moral⁵.

Vejamos então algumas dimensões deste fenômeno.

⁵ Cunha (2014) identificou vinte entidades de direitos dos animais em Santa Catarina, uma das quais localizada no município de Concórdia. Nenhuma delas reconhece formalmente o problema da criação e abate sistemáticos de animais, inclusive a localizada no município de Concórdia, berço do especismo intensivo no Estado.

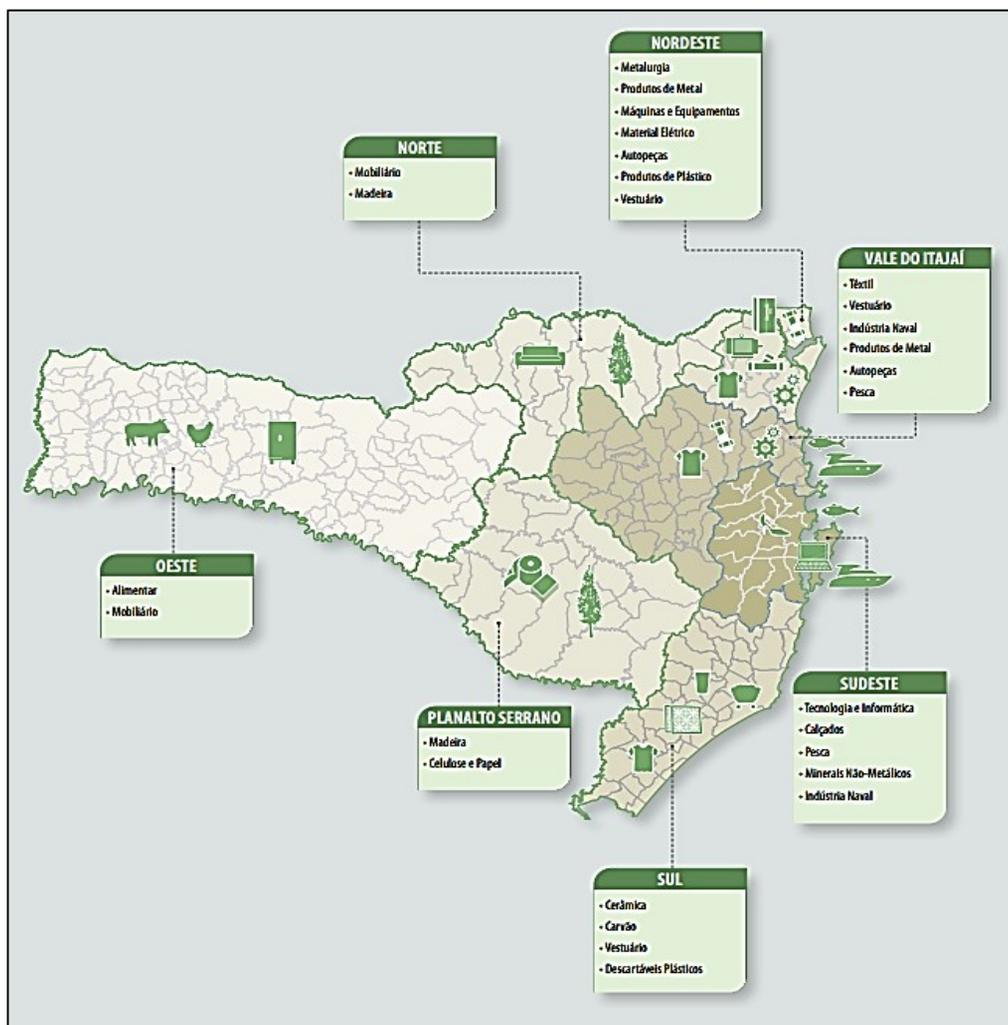
A “Vocação Regional” como discurso de dominação

As chamadas “vocações regionais” são uma estratégia discursiva que invocam a existência de supostas tendências intrínsecas em certas regiões, como um potencial inquestionável para uma ou outra atividade, determinadas por características geomorfológicas e/ou culturais de um território. Trata-se de reificações em que uma representação da região é aceita e incorporada por agentes sociais coconstrutores da paisagem e por agentes econômicos, políticos e outros com o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) de difundir a sua representação da realidade. Assim, essa representação passa a ser vista como uma realidade dada, concreta, natural e a-histórica, ou seja, como possuindo uma identidade em si mesma.

Para Weber (2004), o conceito de “vocação”, ou *beruf*, do alemão, bem como o *calling* (“chamado”) do inglês, tem uma conotação religiosa, “[...] a de uma missão dada por Deus” (WEBER, 2004, p.71). A palavra provém da tradução da Bíblia realizada por Lutero e logo assumiu o significado atual “[...] na língua profana de todos os povos protestantes [...]” (WEBER, 2004, p.72) e da sociedade ocidental de modo geral. Assim, no uso corriqueiro, quando se refere aos processos de desenvolvimento econômico regionais, o conceito de vocação é utilizado nos termos em que é atualmente definido nos dicionários, como “talento ou aptidão”, ou como “disposição natural e espontânea que orienta uma pessoa no sentido de uma atividade, uma função ou profissão” (HOUAISS, 2009). Em suma, a ideia de vocação como propensão natural, ou como desígnio divino, para uma atividade esconde o fato de que se trata, na verdade, de uma construção social e política que tem consequências sociais, econômicas, ambientais e éticas que afetam humanos e não humanos em um dado território. Assim, nessas regiões, as concepções de natureza construídas historicamente (FLORIT, 2004; GUDYNAS, 2004) são naturalizadas e reificadas como “vocações regionais” (FLORIT *et al.*, 2014; GRAVA, 2013).

A figura 1, é a representação mais conhecida das supostas vocações regionais de Santa Catarina. Determina de modo implícito ou explícito, a maior parte do planejamento econômico do estado, uma vez que é expressão da concepção territorial dos principais agentes econômicos e do setor público. Nela, observa-se como a Região Oeste é associada à criação de porcos e aves. Com base nessa suposta vocação, são estabelecidas relações específicas inter-regionais, tanto na escala nacional quanto na internacional, provendo outros locais de produtos de origem animal. Nelas, o padrão de desenvolvimento se apoia na premissa, ideologicamente reproduzida, da equiparação de seres sencientes a meras coisas, pois a especialização produtiva requer que os animais sejam considerados matérias-primas de um processo industrial.

Figura 1 - Vocações Regionais de SC



Fonte: FIESC (2015, p.14).

A articulação política Município, Estado, Federação

A vida econômica e política na microrregião de Concórdia gira em torno da empresa Brasil Foods (BRF). Como um entrevistado repetia, “esta é uma cidade de uma empresa só”⁶.

⁶ Trabalho de campo (SBADELATI, 2015).

A BRF é uma empresa de alimentos globalizada, que surgiu da fusão de duas empresas regionais, a Sadia e a Perdigão, em 2009. A Sadia, que continua existindo como a principal marca da BRF, foi criada em 1944, e logo ganhou força, tornando-se o agente com maior poder do município. Atualmente, a BRF tem 105.240 funcionários, dos quais 5.300 trabalham em Concórdia (BRF, 2013)⁷. Isso representa 25% do total de empregos do município e cerca de 95% dos empregos no setor de carnes do município, o que caracteriza um oligopsônio do mercado de trabalho⁸ (Tabela 2).

Tabela 2- Quantidade de empregos do Grupo 101 no município de Concórdia-SC, segundo porte da empresa, em 2013

Empregos						
Microempresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total	Proporção dos empregos totais no município (em %)	Proporção dos empregos do Grupo 101 no estado (em %)
64	-	-	5.530	5.594	26,2%	10,1%

Fonte: Elaborada pelos autores com dados do Sebrae (2013) baseados nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Sbardelati (2015) verificou em trabalho de campo a percepção disseminada de que o elevado número de empregados, o hábito de supervisionar os sindicatos, a capacidade de determinar os resultados das eleições e a participação em cargos públicos em âmbito municipal, estadual e federal deu à BRF um poder de influência decisiva na vida política do município. Isso é também referido com relação à história do município, uma vez que os mentores da empresa sempre ocuparam cargos políticos estratégicos, beneficiando a empresa e o setor. Por exemplo, o fundador da Sadia, Attilio Fontana (1900-1989), foi prefeito de Concórdia, deputado, vice-governador de Santa Catarina e Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina. Seu sobrinho, Victor Fontana (1916-) foi congressista, vice-governador de Santa Catarina e Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina. Seu neto, Luiz Fernando Furlan (1946-), foi Presidente do Conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sob o governo Lula (2003-2007),

⁷ De acordo com Santuari (2018), a empresa declara atualmente o mesmo número de funcionários.

⁸ Um oligopsônio é uma estrutura de mercado caracterizada por haver um número pequeno de compradores e uma grande quantidade de vendedores, o que dá ao agente comprador, um poder desproporcional de barganha. Nesse caso, o mercado de que se trata é o mercado de força de trabalho.

licenciando-se do cargo de presidente da BRF para assumir esta função, e a ele retornando no seu afastamento como ministro.

As relações estabelecidas entre os empresários agroindustriais e o Estado são fator chave da estratégia de negócio e da formação do arranjo regional de poder. Nesse sentido, o caso da BRF é paradigmático, na medida em que seu fundador, Attilio Fontana, assumiu setores estratégicos dentro dos governos municipal e estadual, o que foi primordial para o crescimento e a sobrevivência da empresa, como é de conhecimento público na região (SBARDELATI, 2015; FERREIRA, 1992).

Um fator estruturante da estratégia de negócio da Sadia, mantida até hoje na BRF, é o sistema de integração, do qual a empresa se tornou exemplo emblemático. Isso implicou num arranjo territorial peculiar e na incorporação de inúmeros atores regionais na sua lógica produtiva, o que resultou num processo de diferenciação social (GOULARTI FILHO, 2007). De um lado, implicou a emergência de novos agentes que têm crescido economicamente sem perder suas raízes agrícolas, de outro, famílias passam a ser empregadas diretamente pelas empresas. Como resultado, muitos produtores familiares que mantêm sua viabilidade econômica nas áreas rurais, em geral, tornaram-se trabalhadores indiretos subordinados à BRF por meio do “sistema de integração”.

Este sistema constitui basicamente um contrato entre a agroindústria e os agricultores, no qual a agroindústria “integradora” fornece os animais para os agricultores (leitões e pintinhos), juntamente com todos os insumos necessários, como alimentação, medicamentos e assistência técnica, para a criação e “terminação” (a preparação para abate) dos animais. Quando os animais atingem a idade e peso desejado, os agricultores integrados entregam os animais vivos para a agroindústria, que é encarregada de removê-los da propriedade. O preço é estabelecido pela agroindústria em função do peso do animal. O pagamento é realizado depois de um tempo pré-programado. Os contratos são desequilibrados, baseados na exclusividade e dependência, e todos os riscos de produção e os investimentos necessários para a mesma são assumidos pelo “integrado”.

A saúde dos trabalhadores

Tal formação social cobra seu preço não apenas dos corpos e mentes dos seres sencientes não humanos, mas também dos humanos. Com efeito, outra consequência se reflete na saúde das pessoas que trabalham nos matadouros, frequentemente acometidos por acidentes de trabalho severos e doenças físicas e mentais. A grande quantidade de

tarefas repetitivas realizadas por trabalhadores leva a um número crescente de Lesões por Esforços Repetitivos (LER), que também são conhecidas como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Além dessas lesões, existe também uma elevada incidência de doenças psíquicas e mutilações graves de membros e partes do corpo. O tipo de trabalho que é feito nos matadouros pode trazer danos irreversíveis para muitos dos trabalhadores, incluindo invalidez permanente. O trabalho em ritmo acelerado, os movimentos repetitivos e o aumento da produtividade em intervalos de tempo mais curtos afetam os trabalhadores diretamente.

De acordo com a pesquisa *Perfil de Agravos à Saúde em Trabalhadores de Santa Catarina*, realizada pelo Instituto Fator Humano (IFH) em 2013, houve cerca de 2.700 afastamentos do trabalho no setor da carne. Entre 2005 e 2011, havia 19.374 trabalhadores com doenças relacionadas ao trabalho, o que representa cerca de 39% dos trabalhadores do setor. Trabalhadores em licença por LER/DORT tinham, em média, 37 anos de idade, o que é considerada uma idade bastante jovem (IFH, 2013).

Os dados apontam para condições de trabalho inadequadas, que se refletem no número significativo de benefícios de pensão concedidas, mesmo tendo, segundo os autores da pesquisa, fortes indícios de subnotificação. De 2005 a 2011, houve 1.607 trabalhadores em licença que foram diagnosticados com depressão; 1.271 trabalhadores em licença devido a dores nas costas; e 1.238 trabalhadores em licença devido a lesões no ombro. A ocorrência de depressão entre os trabalhadores dos matadouros é 341% maior do que entre os trabalhadores em outras atividades econômicas. A ocorrência de transtornos de tecidos moles entre os trabalhadores de matadouros é 426% maior do que entre os trabalhadores de outros setores. Assim, a indústria da carne, especialmente a de carne de porco e de aves, tem sido reconhecida como uma indústria incapacitante que destrói a vida digna de muitos dos seus trabalhadores.

E é justamente no Oeste catarinense que se encontra a maior concentração no número de afastamentos de trabalhadores. O município de Chapecó lidera a lista com 23% dos benefícios concedidos no Estado. Em seguida, os municípios de Capinzal e de Concórdia, respectivamente com 9,8% e 6,8% (IFH, 2013).

Cabe observar que, em virtude da ação do ministério público e dos sindicatos do setor, foi aprovada uma normativa do Ministério do Trabalho, a NR 36/2013, que impõe cuidados às condições de trabalho nos frigoríficos. Sintomaticamente, esta normativa, embora estabeleça importantes paliativos para as condições de trabalho nesses estabelecimentos, não faz menção ao fato de se tratar de uma atividade que se realiza em torno da vida e morte de seres sencientes, equiparando o setor da indústria do abate animal a outro setor industrial qualquer.

O estratagema discursivo: apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização

Como mencionamos no início da seção anterior, a morte de animais para o uso humano sempre apresentou desafios difíceis do ponto de vista moral. Mesmo em condições aonde a sobrevivência é fortemente dependente deste uso, o abate de animais em geral ocorre envolvendo alguma forma de processamento moral que sinaliza as condições que tornam esse abate moralmente aceitável. Por outro lado, não é raro que estes atos também provoquem externalizações e certas formas de comoção que, via de regra, requerem cuidados e/ou controles específicos para serem assimiladas sem perturbações substantivas do desenrolar da vida cotidiana. O abate traz, em si, certo desafio à normalidade que precisa ser administrado e contornado, com procedimentos cuidadosos e com estratégias de pensamento e de emoção.

As formas de processamento moral a que nos referimos se expressam, é claro, por meio das diversas interdições e práticas rituais próprios dos povos ameríndios e árticos, mas também por intermédio dos cuidados que demais comunidades tradicionais mantêm ao abater. Isto se dá, por exemplo, incumbindo da função ao membro da comunidade com mais habilidade para abater sem sofrimento, garantindo o aproveitamento minucioso de tudo o que o corpo do animal pode oferecer, e escolhendo cuidadosamente o indivíduo animal que, por alguma razão que o justifique, será sacrificado.

Nestas circunstâncias, estamos falando de abate de animais em contextos em que as necessidades humanas que vem a ser atendidas são necessidades vitais, que estão intimamente relacionadas com a continuidade da vida da comunidade humana. Do ponto de vista moral este elemento não é menor. Parece claro, portanto, que o abate de animais dificilmente aparece aos olhos dos humanos que o realizam ou que o usufruem como algo trivial ou irrelevante do ponto de vista moral.

Diversos trabalhos em etnologia têm ressaltado a prevalência de cosmologias “animistas” entre povos da Amazônia e do Ártico, tomando-se por isso um modo de relação com a alteridade que atribui algum tipo de interioridade, inclusive moral, a entes não-humanos (DESCOLA, 2005; INGOLD, 2000). Assim sendo, o consumo de animais nessas sociedades envolve uma gravidade similar à antropofagia, exigindo a realização de rituais destinados a transformar pessoas animais em comida.⁹

⁹ Fausto (2002) identifica diferenças entre o animismo amazônico e o ártico: o primeiro seria agonístico, próximo à guerra, voltado à incorporação das virtudes do inimigo; no segundo, próximo da dádiva

Isso, evidentemente, não é generalizável às demais comunidades tradicionais nas quais se enfrenta diretamente o ato de matar para comer. Contudo, nestes outros modos de vida tradicionais, o uso que se faz dos animais, embora seja **uso**, e por isso instrumental, também tende a aparecer combinado com a alguma forma de consideração moral.

Tal fato não surpreende, levando-se em conta que a motivação do abate em geral está associada à reprodução física e/ou cultural desses grupos sociais, ou seja, é voltada a atender necessidades vitais que não são opcionais. Assim, uma vez que o atendimento às necessidades vitais constitui *per se* a justificativa moral, os procedimentos para realizá-la estão comumente alinhados a essa justificativa.

Tim Ingold, na tipologia sobre a relação humano-animal que expôs nas suas obras *The Perception of the Environment* (2000) e em *Hunters, Pastoralists and Ranchers* (2007), já sugeria que a ruptura que leva à objetificação não está nem nos povos caçadores e coletores nem nos pastoralistas, mas no sistema da pecuária industrial (SORDI, 2014). Nos dois primeiros, ambos associados a regimes econômicos de subsistência, o modo de engajamento com a alteridade animal se dá através da confiança, reciprocidade e revelação, no caso dos caçadores e coletores, e por meio da dominação, enquanto protetor e algoz, no caso dos pastoralistas. Em ambos os casos, haveria um reconhecimento do estatuto ontológico da alteridade animal, mesmo que no contexto dos pastoralistas essa alteridade reconhecida seja colocada, assimetricamente, num lugar subordinado. Pode-se dizer que nas duas situações há o reconhecimento da alteridade animal enquanto **pessoa**, em condições simétricas entre caçadores e coletores, e em condições assimétricas no caso dos pastoralistas. Assim, o que é possível identificar com Ingold (2000; 2007) é que a descontinuidade ontológica ocorre com a pecuária industrial, inserida num regime econômico capitalista, no qual o estatuto do animal é de mero objeto, e a interação humano-animal é definida pela interveniência do mercado como dispositivo demandante de matérias primas e produtos animais (Quadro 1).

maussiana, o animal caçado seria uma oferta da sua entidade sobrenatural protetora ao grupo humano para manter o equilíbrio do cosmos, e vice-versa.

Quadro 1 - Tipologia da relação humano-animal segundo Tim Ingold

Modo de vida	Modo de engajamento com o a alteridade animal	Estatuto ontológico dessa alteridade	Regime econômico
Caçadores coletores	Confiança Revelação	Simetria O animal é pessoa–alguém	Subsistência
Pastoralista	Dominação Protetor e algoz	Assimetria O animal é escravo-pessoa	Subsistência
Pecuária industrial	Apropriação maquínica	Objetificação	Mercado – Acumulação

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Sordi (2014).

Assim, voltando aos termos da discussão deste trabalho, é justamente na pecuária industrial que a possibilidade de uma solução satisfatória para os inevitáveis dilemas morais fica inviabilizada, justamente porque a objetificação é por si mesma a negação da possibilidade de consideração moral da alteridade animal. Para tanto, contribui a emergência do que Jocelyne Porcher (2011) classifica de “ideologia zootécnica” da produção agropecuária contemporânea. Isto é, um conjunto de práticas e discursos científicos calcados não apenas na reificação do animal como recurso econômico, mas, também, na desvalorização epistemológica dos saberes agropecuários tradicionais, que passam a ser vistos como “atrasados”, “primitivos” ou “irracionais”. Logo, modernizar a produção animal significa depurá-la de seus aspectos “emocionais” e “subjetivos”, dentre os quais muitos elementos que dizem respeito à consideração moral para com os animais.

Assim, podemos dizer que enquanto em contextos não industriais estes dilemas são reconhecidos, processados e tratados de acordo com as condições culturais, em contextos industriais esses dilemas são mais bem obliterados, com forte ajuda da tecnologia e do desenho de configurações produtivas (PERROTA, 2016, SORDI, 2016)¹⁰, que reforçam o processo de objetificação, em formações sociais que incluem uma dimensão territorial (FLORIT; SBARDELATI; GRAVA, 2019). No caso da Região de Especismo Intensivo de Concórdia essa obliteração acontece por conta dos condicionantes objetivos (pressão econômica e política) e um discurso de apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização. Vejamos como isto acontece.

¹⁰ Perrota (2016) examina o papel do discurso do bem-estar animal neste processamento moral. Sordi (2014) salienta, por sua vez, como dimensões qualitativas como dor e mal-estar se tornam objeto de um processo de transformação profissional do sofrimento nas tecnologias de manejo racional da pecuária bovina.

Em trabalho de campo realizado em 2015, Sbardelati indagou várias trabalhadoras e trabalhadores sobre suas concepções relativas ao trabalho que desenvolviam na BRF de Concórdia. Quando a questão da justificativa moral do abate rotineiro emergia na conversa, as expressões eram, comumente, assim: “Eles [os animais] foram criados para isso”, “Alguém tem que fazer, é um trabalho como qualquer outro”, “Nós estamos ajudando a alimentar muita gente”.

Essas falas evocam enunciados semelhantes aos ouvidos nos abatedouros artesanais. O “Deus fez eles para isso” da senhora dos marrecos, transformou-se, no contexto mais secular, no “Eles foram criados [pelos produtores integrados] para isso”. Por sua vez, a fala que se refere a que é um trabalho como qualquer outro, remetendo às memórias da lida em contextos rurais, reaparece aqui entre os trabalhadores da BRF.

Mas no caso da BRF, parece-nos pertinente relacionar estas falas com o discurso oficial da empresa, que evoca os ideais morais do seu patriarca fundador, Attilio Fontana, “O que vai para o povo é o mesmo produto que comemos todos os dias na nossa mesa” (BRF, s/d) e o discurso de marketing, externo e interno, assumido pela BRF, “A gente produz os alimentos que a gente coloca na mesa de nossas famílias” (BRF, s/d).

Consuma-se assim a configuração da REI (Figura 3).

Figura 3 - Região de Especismo Intensivo (REI)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Em resumo, o que estamos sugerindo é que esse discurso da empresa é possível de ser entendido à luz das falas dos trabalhadores em estabelecimentos artesanais que, por sua vez, remetem à experiência de produtores tradicionais, pouco integrados ao mercado, dedicados à produção para atendimento de necessidades vitais diretas, com engajamento com a alteridade animal. Nos trabalhadores da BRF a naturalização do abate, próprio da cultura agrícola tradicional, é absorvida e reproduzida, sem solução de continuidade, para uma situação inteiramente diferente – a do produtivismo industrial em economias de escala integradas ao capitalismo global. É uma operação, ao mesmo tempo simbólica, econômica, técnica e política, que oblitera o fato de que a prática do agricultor tradicional e do operário industrial (por vezes, a mesma pessoa em diferentes fases da vida) observa diferenças que são cruciais ao se considerar as justificativas morais da atividade.

A utilização conveniente das expressões do patriarca viabiliza este estratagema discursivo, que faz uma apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização, simulando ter resolvido os dilemas de forma equivalente a como os resolvem os criadores tradicionais. Uma vez que, nas condições industriais, a objetificação radical produz a descontinuidade ontológica com os animais, a solução moral não se efetiva.

Assim, junto com os dividendos dos acionistas e as doenças dos trabalhadores resta o ônus moral. Não seria raro que este esteja cobrando um alto preço psíquico, pois, mesmo em condições industriais, os seres sencientes não querem sofrer, e os trabalhadores sabem bem disso.

Considerações finais

Abater animais, sempre provocou fortes dilemas morais. Em contextos não industriais, estes dilemas são reconhecidos, processados e tratados de acordo com condições culturais específicas. Já em condições industriais, esses dilemas tendem a ser obliterados e processados de acordo com as relações de poder entre humanos. No caso da REI-Concórdia essa obliteração acontece por conta dos condicionantes objetivos (pressão econômica e política) e um discurso de apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização. Esta apropriação simbólica, viabiliza um estratagema discursivo que simula ter resolvido os dilemas morais de forma equivalente a como os resolvem os criadores tradicionais. Esta simulação, de um lado contribui para blindar a região das discussões antiespecistas e,

de outro, constitui um bloqueio ideológico que esconde a manipulação da subjetividade entre humanos.

Já sabemos que a luta antiespecista pode ser incorporada pela dinâmica social com diversos vieses, inclusive, por vezes, socialmente segregadores e elitistas. Agora, nossa pesquisa mostra que o bloqueio ideológico dessa questão, próprio do sistema industrial, faz parte do processo de exploração entre humanos, ao privá-los das necessárias formas de processamento moral. Nesse contexto, a interdependência entre a questão animal e a questão social sugere que dificilmente teremos relações propriamente dignas entre seres humanos enquanto considerarmos os animais como meras coisas. Ao mesmo tempo, fica evidente que não haverá um genuíno processamento moral dos inevitáveis dilemas envolvidos no abate de animais em contextos em que prima a exploração entre humanos.

FROM ARTISANAL DEATH TO INDUSTRIAL DEATH. DISCURSIVE STRATEGIES FOR THE NATURALIZATION OF SLAUGHTER

ABSTRACT: *The debate around the relationship with animals in contemporary society affects the most diverse geographical areas and social contexts. However, there are regions which seem to be shielded by this discussion, even though "speciesism" is at the center of its socioeconomic dynamics. This is the case of regions developed around firms focused on the meat industry, in which the slaughter of animals is the structuring activity of the territory and of economic and political relations. Based on the case of Concórdia-SC, Brazil, headquarters of the company Sadia (Brasil Foods), we analyzed the socio-political relations which support, naturalize and reproduce the merely instrumental use of non-human sentient beings in the form of a pattern of territorial development. Particularly, we seek to examine how the experience of settlers in dealing with animals for subsistence is appropriated by the industry's discourse, obliterating the possible moral objections to the activity. The ideological blocking of this issue might mean an intensification of the exploitation among the humans.*

KEYWORDS: *Speciesism. Slaughter animals. Social relationships. Naturalization.*

DESDE LA MUERTE ARTESANAL HASTA LA MUERTE INDUSTRIAL. LAS APROPIACIONES DISCURSIVAS Y LA NATURALIZACIÓN DE LA MATANZA

RESUMEN: *El debate sobre la relación con los animales en la sociedad contemporánea afecta a las más diversas áreas geográficas y contextos sociales. Sin embargo, hay regiones blindadas en esta discusión, incluso teniendo el "especismo" en el centro de su dinámica socioeconómica. Este es el caso de las regiones desarrolladas en torno a empresas centradas en la industria cárnica, en las que la matanza de animales es una actividad estructurante del territorio y de las relaciones económicas y políticas. A partir del caso de Concórdia-SC, sede de la empresa Sadia/Brasil Foods, analizamos las relaciones sociopolíticas que sustentan, naturalizan y reproducen el uso meramente instrumental de los seres no humanos sintientes en forma de un patrón de desarrollo territorial. En particular, tratamos de examinar cómo la experiencia de los colonos en el trato con los animales para la subsistencia es apropiada por el discurso de la industria, eliminando posibles objeciones morales a la actividad. El bloqueo ideológico de esta cuestión puede significar un aumento de la explotación entre los seres humanos.*

PALABRAS CLAVE: *Especismo. Animales de matanza. Relaciones sociales. Naturalización.*

Agradecimentos

Agradecemos aos/às participantes do Open Painel 153 da IUAES de 2018 que contribuíram com suas observações para a reflexão aqui apresentada. Agradecemos também o trabalho de revisão gramatical de Maria Roseli Rossi Ávila.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL FOODS [BRF]. Relatório anual e de sustentabilidade 2013. BRF, 2013. Disponível em: <http://www.brf-global.com/brasil/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

BRASIL FOODS [BRF]. Dona Lucy, filha de Attilio Fontana, relembra a tradição de qualidade que identifica a marca durante seus 83 anos. s/d. Disponível em: <https://www.brf-global.com/portasabertas/lucy-relembra-a-tradicao-de-qualidade.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CUNHA, B. H. **Dilemas jurídicos e discussões éticas contemporâneas da proteção animal: a agenda política catarinense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2014.

DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana**, v. 8, n. 2, p.7-44, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA [FIESC]. Santa Catarina em Dados 2015. Florianópolis: **FIESC**, v. 25, 2015. Disponível em: http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

FERREIRA, A. G. Z. Concórdia: o rastro de sua história. Concórdia: **Fundação Municipal de Cultura**, 1992.

FLORIT, L. F. **A reinvenção social do natural**. Natureza e agricultura no mundo contemporâneo. 1. ed. Blumenau: Edifurb, v. 1. 2004.

FLORIT, L. F.; GRAVA, D. S. Ética ambiental e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise com base na categoria de especismo. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p.23-42, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n4/pt_1809-4422-asoc-19-04-00039.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

FLORIT, L.; SBARDELATI, C. Intensive Speciesism Regions in Brazil. *In*: Talia Raphaely; Dora Marinova. (Org.). **Practice, Progress, and Proficiency in Sustainability**. 1 ed.: IGI Global, 2016, v. p.277-294.

FLORIT, L.; SBARDELATI, C.; GRAVA, D. S. Questão animal e território: um problema de ética socioambiental. *In*: FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI JR, Arlindo. **Ética Socioambiental**. Barueri: Manole, 2019, p.261-290.

FLORIT, L. F., SBARDELATI, C.; GRAVA, D. S., REFOSCO, J. C., & PINTO, A. C. (2014, July 9). Implicações éticas e sociais da “vocação regional” pela suinocultura e avicultura na microrregião de Concórdia/SC. **2º Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES): A diversidade regional brasileira em perspectiva**, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil. 2014.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2007.

GRAVA, D. S. **A construção social da pecuária como ‘vocação regional’ em Santa Catarina**: notas críticas sobre suas implicações socioeconômicas, ambientais e éticas. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2013.

GRAVA, D. S.; TEIXEIRA., V. I. **Etnografia de uma granja de criação e abate de marrecos no interior do município de Blumenau**: estudo sobre a consideração dos interesses de humanos e não humanos. 2006. (Relatório de pesquisa).

GUDYNAS, E. **Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible**. 5. ed. rev. Coscoroba Ediciones, 2004.

HOUAISS. Vocação. **Dicionário eletr nico Houaiss**, 2009.

IMIANOWSKY, A. G.; FLORIT, L. F. **Estudo sobre as repercussões em humanos do trabalho numa linha de desmontagem animal**. O caso de um abatedouro na região do Vale do Itajaí. 2007. (Relatório de pesquisa).

INGOLD, T. **Pastoralists and Ranchers**. Reindeer economies and their transformations. New York: Cambridge University Press, 2007.

INGOLD, T. **The Perception of the environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/abate/brasil>. Acesso em: 10 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Estimativas da popula o residente no Brasil e unidades da federa o com data de referência em 1  de julho de 2016**. IBGE 01/07/2016. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

INSTITUTO FATOR HUMANO [IFH]. **Perfil de agravos à saúde em trabalhadores de Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa, Instituto Fator Humano em parceria com UFSC, Univali, apoio de MPT, FECESC, FETIESC, SINTIARC e DIEESE, 2013.

LEVI-STRAUSS, C. A li o de sabedoria das vacas loucas. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 67, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Quantitativo de Animais Abatidos por Categoria e UF do MAPA**. MAPA, período 01/01/2016 a 31/12/2016, 2016. Disponível em: http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/!sigsif.ap_quant_abate_cat_rep_cons. Acesso em: 02 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Instru o Normativa n  3, de 17 de janeiro de 2000**. MAPA, 17/01/2000. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/bem-estar-animal/arquivos/arquivos-legislacao/in-03-de-2000.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PERROTA, A. P. Abate humanitário e bem-estar animal: a incorporação das contestações em torno da vida e morte de “animais que sentem” nos frigoríficos industriais. **Revista Antropolítica**, n. 41, Niterói, 2. sem. 2016.

PORCHER, J. **Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXIe siècle**. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2011.

SANTA CATARINA. Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003: Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais. **Governo do Estado de Santa Catarina**, 22/12/2003. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Lei/2003/lei_sc_12854_2003_instituicodigoestadualprotecaoanimais_sc.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

SANTUARI, R. BRF suspende aumento de produção programado para unidade de Concórdia. Publicada em 28 de março de 2018. Últimas notícias, **Atual FM**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.atualfm.com.br/site/brf-suspende-aumento-de-producao-programado-para-unidade-de-concordia/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SBARDELATI, C. **Vocação Regional e Identidade Profissional na Construção do Território**: O Caso da Consolidação da Agroindústria da Carne no Município de Concórdia - SC. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2015.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Santa Catarina em Números**: Concórdia. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2013.

SORDI, C. Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira. **Cadernos de Campo** (USP. 1991), v. 22, p.118-133, 2014.

SORDI, C. Pelo boi e sua carcaça: breves apontamentos sobre a disseminação do manejo racional e do bem-estar na pecuária bovina do Brasil. In: BEVILAQUA, Ciméa; VANDER VELDEN, Felipe (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Editora da UFPR, p.121-142, 2016.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 28/07/2020.

Aprovado em 08/09/2020.